

GLOBALIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO: A EXISTÊNCIA DO MUNDO NO LUGAR

Samira Peduti Kahil *

O processo de globalização que no período atual atinge todos os lugares e indivíduos, não se constitui simplesmente na transformação dos sistemas de valores econômicos e/ou culturais, agora amplificados em um sistema-mundo. Este não é resultado de uma simples combinatória de modelos importados e modelos originais, é ao mesmo tempo consequência e condição de tais transformações. Estas se realizam pela mediação da experiência e da prática de indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema.

(1)

O período atual pode ser caracterizado pelo novo conjunto de possibilidades concretas que tem modificado a relação entre o homem e o mundo. Hoje, a instantaneidade da informação globalizada, multiplicando exponencialmente os contatos, possibilita experiencarmos o ritmo do mundo, tempos e lugares distantes; a unicidade da técnica, unificando o processo produtivo, parece restringir as diferenças e as distâncias; a mais valia, motor primeiro da acumulação de capital, se realiza agora num mercado também tornado mundial, o mercado financeiro internacionalizado.

Assim constituído, o processo de globalização acarreta a mundialização do espaço geográfico, caracterizando-o como um meio técnico, cuja lógica ritima a esfera das relações sociais como uma camisa-de-força normativa característica do logocentrismo ocidental, da racionalidade científica, hoje cada vez mais orientada para a organização da informação. Não é por menos, que o meio geográfico, onde tudo e todos produzem, seja cada vez mais também, meio-técnico-científico-informacional.

Como resultado da globalização/mundialização, a lógica da organização do espaço coincide com a racionalização intencional e específica da economia-mundo. A lógica da funcionalidade, como fundamento básico da atividade do capital no estágio atual, se difunde rápida e extensivamente em todo o planeta, redesenhando continentes, países, regiões ou lugares.

A capacidade de cada lugar de se adaptar e a necessidade de participar das trocas à nível mundial, unifica o lugar ao mundo, mas as aspirações da coletividade local não se aniquilam frente aos vetores hegemônicos da economia e da cultura mundializada. Paradoxalmente, é do próprio processo de globalização que se abrem hoje as possibilidades de uma consciência do mundo no lugar, as possibilidades de coabitar o mundo no lugar, as possibilidades de a cidadania local se regenerar e gerar uma cidadania mundial.**(2)**

Essas possibilidades se concretizam, isto é, tomam existência, exatamente no momento do impacto das novas relações sobre as formas precedentes; momento em que não só o novo se produz, mas se dá como re-produção, re-criação, como obra.**(3)**

Assim o que caracteriza o lugar como único é exatamente a capacidade de receber as determinações das novas relações e re-produzi-la numa interação combinada com a narrativa local.

Aqui, afirmamos que *o processo de globalização/mundialização é a essência do processo de organização do espaço/tempo da modernidade atual, que torna-se existência nos lugares, isto é, onde se realiza a simbiose entre a materialidade e a vida que a anima.***(4)**

* Profa. do Depto. de Planejamento Regional/ IGCE/ UNESP/ Rio Claro, S. Paulo - e pós-graduanda do curso de doutoramento em Geografia Humana do Depto. de Geografia da Universidade de São Paulo - Brasil.

Enquanto a realidade imediata com a qual estamos em contato encontra-se em vias de se fragmentar, a realidade global absorve cada lugar num processo unificador.

Se, no lugar, a multiplicidade das imagens do mundo, parecem fazer-nos perder o "sentido da realidade" como se diz, talvez isso não seja afinal uma grande perda. "Por uma espécie de lógica interna perversa, o mundo dos objetos medidos e manipulados pela ciência-técnica (o mundo do real, segundo a metafísica) tornou-se o mundo das mercadorias, das imagens, o mundo fantasmagórico..." **(5)**, a fantasia da fantasia.

Estamos atualmente envolvidos num período contínuo de reestruturação social deflagrada por crises inter-relacionadas que uma visão retrospectiva põe em dia e nos permite traçar um perfil da modernidade como ela se nos apresenta hoje.

Por considerarmos a modernidade como existindo no lugar, tratamos menos de rejeitá-la que discutí-la, analisando os aspectos positivos mas também negativos dos objetivos culturais como seu conteúdo propriamente social, e das relações de dependência, de integração ou exclusão dirigida pela modernização como seu conteúdo dominante.

Nos desdobramentos dos estudos sobre a modernidade, encontramos o recorte que melhor delineava nossa pretensão de ligar as dimensões essenciais e existenciais do processo de globalização. Nos arriscamos então a construir uma ponte entre o caminho, de um lado da modernização técnico-científica que acompanha o processo de reestruturação do capitalismo nos anos 80 e de outro, a reestruturação dos valores sociais que acompanham aquele processo.

Modernidade seria então, o termo médio para nos referirmos à experiência histórica desse processo que constitui o desenvolvimento econômico e as transformações subjetivas da vida de coletividades e seu autodesenvolvimento.**(6)**

Dos temas que, no processo de modernização, visto como reestruturação do capitalismo na década, parecem merecer atenção maior, encontram-se, a expansão do meio-técnico-científico-informacional, a lógica da auto-expansão do capital à escala mundial, o novo controle do tempo/espaço da produção.

Em cada lugar a combinação desses fatores recria uma lógica própria, constituindo subsistemas mais ou menos capazes de desestruturar a ordem precedente e re-criar novas outras dentro do sistema.

Oliver Dollfus **(7)** define o sistema mundo como expressão de um conjunto (a humanidade) de conjuntos (Estados, sociedades humanas, cultura, empresas, mercados, etc..) interagindo uns sobre os outros, se organizando numa evolução constante.

Assim, o lugar não deve ser tomado como um repositório de novos arranjos que, num movimento linear, destrua o velho e reconstrua o novo num incessante perturbar das posições entre elementos sujeitos à uma única direção, um tempo posterior se sobrepondo ao anterior. Por isso, as transformações devam ser periodizadas e sua trajetória ser reconstruída para que esteja aberta a possibilidade de compreensão dos significados que os homens têm do processo de globalização da economia e reestruturação de suas relações com o mundo.

"É necessário então, apreender os processos históricos universais em suas manifestações em quadros particulares. Não basta discutir as vias de determinações do modo de produção - é preciso abordar as vias de desenvolvimento e as formações singulares pelas quais este se expande."**(8)**

O vigor da produção técnica e a veemência das realidades locais determinam uma outra configuração e interação regional que, se de um lado cria horizontalidades no cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições), de outro cria verticalidades,

dado ser uma interação hegemonicamente regulada das relações desses lugares com outras áreas e pontos distantes.

É exatamente dessa diversificação e heterogeneidade se dando em todos os lugares, que o espaço pode ser concebido como global; que o processo de mundialização pode manifestar-se em todos os lugares; no entanto, a intensificação dos fluxos engendrados por esses processos, não conduzem à homogeneização do espaço-mundo, mas dela resulta um espaço híbrido, ou como preferem alguns antropólogos, conduzem à um mundo cada vez mais miscigenado. (9)

1. VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES

Se os vetores da verticalidade permitem uma interação do lugar ao mundo, por serem portadores de uma racionalidade cujo interesse é controle e regulação do tempo de produção, circulação e consumo de mercadorias, a dominação e regência desse ritmo impõe uma solidariedade organizacional teleguiada, um espaço-tempo abstratos, artificiais.

Da sobredeterminação e sobreposição desses feixes de fluxos verticais, de diferentes níveis, intensidades e orientações, que novas regiões se delineiam, tornando mais voláteis os limites anteriores.

Verticalidade e horizontalidade se põem como pólos complementares e indissociáveis em cada lugar; motor de um movimento tensional entre o que resiste e o que quer mudar.

Entre o que resiste e o que quer mudar, novas horizontalidades vão sendo criadas, novos exercícios de solidariedade vão se constituindo segundo novas formas e normas instituídas pelos também novos objetos e ações que comandam o sistema produtivo.

O entrelaçamento de vetores verticais e horizontais, configurando verdadeiras redes de modernidade e entropia, termina por definir o lugar como um sub-sistema unificado ao sistema-mundo, e ao mesmo tempo como um sub-sistema exclusivo, de existência de uma ordem do espaço determinando um modo de vida. Com o tempo, os cenários acabam por se encontrar criando um outro, produto do entrelaçamento das formas e significações locais e de formas importadas.

Esses novos sub-espacos podem então, ser analisado segundo sua forma - como externalidade tecnológica manifesta, mas também como aspecto diretivo - como forma conteúdo, como lei fenomênica da formação sócio-espacial. (10)

Dos limites de movimento e circulação dos objetos, dos valores e sentidos que estes objetos cada vez mais técnicos assumem na formação do território, que tomaremos os indicadores da reestruturação de um novo modo de desenvolvimento, fundado num padrão cada vez mais complexo também, de trocas, de ordens, de informação e comunicação.

Deste novo modo de desenvolvimento, tomado como um paradigma do entendimento da emergência de tecnologias instituindo um padrão organizacional nos e entre lugares, definindo outras fronteiras e maior fluidez aos objetos transacionados, que nos permitimos falar do processo de modernização do território no período atual.

Considerando o conjunto das influências externas e internas, da inovação e do preexistente no lugar, que pensamos conhecer suas particularidades, sua singularidade e sua inserção no todo; melhor conhecer o todo, graças à melhor compreensão do que é uma de suas partes.(Santos, 1985:71)

2. AUTO EXPANÇÃO DO CAPITAL: UM QUADRO GERAL

As transformações em curso na economia capitalista - transnacionalização produtiva e globalização do mercado financeiro - parecem desenhar uma nova arquitetura das articulações entre mercado-Estado-sociedade.

O modo de desenvolvimento do pós-guerra nos países ocidentais que tratavam de erigir um ambiente econômico internacional propício para o desenvolvimento, industrialização e progresso social, encontrou seu eixo no arranjo entre de um lado, um novo paradigma técnico-industrial (produção em escala), um novo regime de acumulação (intensiva) e de outro nas instituições e políticas econômicas do Estado Social (Estado Keynesiano de Bem Estar).(11)

Nos primeiros vinte anos desse novo modo de desenvolvimento nos diz Alliez (1988), realizou-se um mundo fundado sobre o direito ao trabalho, que tinha como objetivo o pleno emprego, o crescimento dos salários reais. "Promover esta dinâmica, onde o crescimento dos salários ocorre em benefício dos lucros que eles engendram, implica uma modificação do papel do Estado. Este deve não apenas ratificar e garantir os acordos de produtividade mas também manter, quando não planificar, a dinâmica revestida por eles: por um lado estimulando o consumo dos assalariados através do aumento das transferências sociais e por outro, sustentando os investimentos produtivos - controle das taxas de juros e política de investimentos públicos."(12)

Esse modo de desenvolvimento tomou uma configuração mundial, na medida em que dependia da reestruturação dos territórios nacionais para ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional. "Nos últimos anos, com a diminuição dos custos de transporte e de comunicação, a produção em massa tende a se dispersar em extensas áreas geográficas (o carro mundial, com cada parte produzida em um país diferente, é um símbolo desse processo). De forma semelhante as escalas da produção em massa requerem consumo de massa; portanto, as economias desta modalidade de desenvolvimento vão no sentido contrário dos padrões de vida localizados." (Piore,1987)

- A crise do fordismo

Este modo de desenvolvimento, fundado na acumulação intensiva do capital e na regulamentação estatal dos mercados (Keynes), que veio substituir a ideologia do *laissez-faire* anterior a 1914 (Say), ou regulação do sistema econômico pelo *Big Market* (Polanyi), sofre várias crises a partir dos anos 60, apesar de muitos autores (Friedman, Thurow) não concordarem em defini-las como crises de causas econômicas 'endógenas', identificando apenas eventos perturbadores que, a longo prazo, forçosamente desaparecem, justificando medidas políticas de inspiração "liberal".(13)

A responsabilidade da crise econômica, concebida como um desequilíbrio natural e passageiro, recai sobre o aumento do preço do petróleo, em 1973 e 1979, excesso permanente das despesas sociais do Estado. A saída da crise pressuposta dentro do sistema de economia de mercado, um modelo de ordem e desenvolvimento, de privatização e não regulamentação, garantiria o império no *One World* do dinheiro global.

A desregulamentação para fora, gestada durante a crise americana de 1981-82, exigia a abertura dos mercados e a renegociação das dívidas do Terceiro Mundo, parecendo "produzir uma espécie de New Deal financeiro: negociação entre bancos credores agrupados entre si e Estados devedores, sob a égide do Fundo Monetário Internacional".(14)

A crise econômica que alcança todas as nações, uma "crise de subconsumo"(15) e uma "crise do paradigma industrial fordista"(16), concorreu para o enfraquecimento do poder dos Estados-nações(17) e para uma reorganização do capitalismo "através da dispersão,

da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional"(18).

3. REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO NOVO REGIME DE ACUMULAÇÃO

A superioridade técnica e econômica passa a ser um componente essencial na análise da configuração espacial da modernidade atual. Parâmetro de uma nova polaridade espacial, o domínio da tecnociência e a consequente hegemonia econômica, não respeita fronteiras nacionais, sistemas políticos, diferenças culturais.

O espaço da atividade do capital se amplia através de um processo de integração econômica à nível global. Atores hegemônicos do circuito econômico, as firmas transnacionais não são somente multinacionais, elas são multi-capitais, multi-mercados, multi-produtos, distribuídos segundo a lógica geral da globalização econômica; verdadeiros enclaves totalmente dissociáveis da realidade geográfica que os acolhe.

Apesar da rápida difusão e extensão dessas novas variáveis espaciais, estas não se distribuem de maneira uniforme à escala do planeta, caracterizando uma malha planetária lacunar e incoerente - recriando uma geografia desigualitária - a globalização não elimina a contradição, tanto o sucesso quanto os desastres fazem parte do mesmo sistema.

A análise do espaço não se esgota na caracterização desses vetores de sua globalização, internacionalização das técnicas, da produção do capital, do consumo; a singularidade dos lugares, sua especialidade e exclusividade cultural impedem a generalização do processo da modernidade no mundo. Algo resiste - mas a resistência muitas vezes é também administrada e perfeitamente integrada ao sistema.

Neste novo espaço produtivo, a ação operatória/instrumental institucionaliza padrões de pensamento nos sistemas (ou subsistemas) econômicos e políticos administrativos, os quais se constituem como redes de organização formal. Nestas redes de organização formal, o dinheiro e o poder continuam a substituir a linguagem - meio em que os indivíduos participam de uma identidade comum.

O Estado hoje é o administrador local das disfunções do sistema. Os Estados Nações, atores locais da modernidade, continuam a ser sujeitos da sociedade internacional. Se por um lado, sua função de regular a economia nacional se enfraqueceu, por outro, seu papel burocrático adquire um admirável poder organizativo.

Com o desenvolvimento dos meios técnicos informacionais, os grandes organismos burocráticos centralizados são aparelhos políticos de natureza nova - sua ação política se reduz à gestão da interações do sistema. Verdadeiros governos mundiais, o FMI, O Banco Mundial, o Clube de Paris, submetem pelo alto as sociedades políticas nacionais. As sociais democracias, transformadas na forma política hegemônica de organização social, tornaram possível a formalização intensa da vida jurídico-política, a expansão de um capital financeiro artificial que não tem mais como base o processo de geração valor no capital produtivo e que leva, à produção em larga escala de símbolos e idéias que, se implantam no imaginário social na forma de "participação".

Nesta re-simbolização e re-funcionalização desencadeada pela globalização tecnocrata, como a imagem de mundo fornecida pela cultura ocidental pode devolver a razão prisioneira da ação instrumental à experiência concreta da vida? Como viabilizar a transformação do "desejo de desenvolvimento universal" sem que a racionalidade econômica predomine sobre as racionalidades constituídas à partir das narrativas locais?

O aspecto narrativo consiste no fato de que as ações locais em situações particulares - condicionadas e estimuladas, ou também desviadas e desencorajadas, por determinadas

circunstâncias e eventos exteriores - possam ser reorganizadas no lugar, suas especificidades percebidas, trabalhadas e resolvidas de modo inovador.

O que garante que a racionalidade da ação instrumental (ação derivada do padrão de decisão econômico) se produza e se reproduza enquanto sistema é, não só a institucionalização do crescimento econômico como um sub-sistema hegemônico e auto-regulado **(19)** mas, a auto-reprodução do sistema parece estar garantida por um quadro de normas e valores que funcionam como "excitante externo", desresponsabilizando os sujeitos da ação política, tornando-os mais passivos, mais adaptados. A integração socio-espacial vale como medida da estabilidade do sistema, fornecida pelo reconhecimento dos valores técnico-científico-organizacional das normas de ação. **(20)**

Das consequências formadoras de estruturas do novo modo de desenvolvimento, fazem parte: a) o conflito - entre os postulados globais da economia mundo e aqueles inerentes à história da sociedade localmente tecida; b) a institucionalização e exploração do meio técnico-científico, caracterizado pela objetivação metódica do sistema, combinado à atitudes instrumentais diante dos objetos; c) o incremento das forças produtivas que, na velocidade e fluidez com que vem transformando os sistemas de objetos e de ações, termina por encaminhar à integração sistêmica entre os lugares. Portanto, tomando já configuração mundial, o novo modelo de desenvolvimento **(21)** que se desenha nestes últimos vinte anos do milênio, baseado em novas formas de produção e administração, cujo "motor da acumulação está centrado na inovação sistêmica e não mais no lançamento de novos blocos de investimento"**(22)**, aparece como resultado de um modo de re-produção do capital auto estimulado e reforçado agora pela influência do novo paradigma técnico-informacional.

Se o espaço produtivo do modo de desenvolvimento fordista seguiu a tendência do mercado mundial com vistas ao consumo de massa, o novo espaço produtivo tende a se dissimular pelo tecido urbano e invadir os espaços domésticos. "As economias de escopo derrotaram as economias de escala" **(23)**.

No âmbito dos processos de produção, os impactos da nova onda tecnológica, permitem programar e otimizar o tempo de trabalho e dos fluxos de produção, viabilizando uma maior interação entre usuários e produtores. De uma produção estandarizada em massa passa-se para uma produção sob encomenda.

No âmbito dos processos de trabalho, "a introdução da programação flexível, em lugar da rígida, exige a participação direta da força de trabalho na condução do processo para operar e reprogramar os ajustamentos necessários do equipamento".**(24)**

É da constatação de uma nova organização do trabalho no processo produtivo, implicando uma mudança no controle e mercado de trabalho, de uma recombinação das estratégias de exploração da mais-valia absoluta e relativa, da possibilidade não só para as grandes corporações, mas também as pequenas e médias empresas de se conectarem ao mercado mundial, da difusão acelerada e simultânea de inovações técnicas, científicas, organizacionais e financeiras, que se permite hoje o debate sobre a transição do fordismo para um regime de acumulação flexível, pós-fordista, e que nos permitimos falar de um movimento de globalização do capital, da produção, gerência, mercado de trabalho, informação e tecnologia, organizados transversalmente às fronteiras nacionais.**(25)**

A flexibilidade da produção se dividi, segundo Benko **(26)**, em duas grandes categorias: no interior da empresa e sobre o mercado exterior.

Portanto, o que justifica falarmos de globalização como um processo, uma crise, um período, no âmbito das transformações macro-econômicas, é a regularidade constatada

na emergência e consolidação de um novo regime de acumulação e sua dinâmica espacial.(27)

Evidenciamos e priorizamos aqui as alterações de natureza econômica, por serem fundamentais para o desenvolvimento da análise, já que é no contexto da integração econômica que faz sentido discutir a modernização nos lugares, suas próprias relações, sua relação com as demais regiões e com o resto do mundo.

Elegemos o paradigma tecnológico como uma categoria capaz de fazer a mediação entre o processo de modernização, visto como adoção do novo modo de acumulação flexível, e o desenvolvimento de uma região econômica, um lugar; importando aqui, como essas transformações tecnológicas redefinem o sentido da automação no processo produtivo, conseqüentemente redefinindo o modo de integração e solidariedade organizacional no lugar e, entre esse lugar e outros.

Tendo em conta as "incompatibilidades macro-econômicas" entre lugares ou regiões dentro de uma nação e entre nações, consequência de processos históricos distintos que criam condições sociais e políticas diferenciadas, há espaços mais capazes de absorver as transformações exigidas pelo processo de modernização econômica e tecnológica, determinante das diferenças espaciais, o que exige buscarmos o específico em cada lugar.

Notas

- (1) Renato Ortiz, em sua obra *Mundialização e Cultura* (1994:25) mostra a existência de diversos autores que buscam uma Teoria para explicar este "sistema mundo", entre eles N.Luhman. Entretanto reticente, Ortiz assim pondera: "A proposta teórica possui certamente qualidades, pois responde a uma gama de perguntas relativas ao desempenho das forças econômicas e políticas do "sistema mundial". Ela encerra porém contradições, desvendando-nos seus pontos frágeis. Um primeiro aspecto diz respeito à ausência de atores individualizados. (...) Um segundo ponto refere-se ao grau de integração pressuposto pelo pensamento analítico."Mais adiante (op.cit.:29), Ortiz questiona: "o mundo é realmente sistêmico?", para concluir que (op.cit:30) "Seria mais convincente compreender a mundialização como processo e totalidade".
- (2) Richta conclui surpreso que "o altíssimo nível tecnológico representado pela automação - que é uma conquista do homem - "põe pela primeira vez o homem em condições de voltar a sua atenção para si mesmo". Richta,R., *Economia Socialista e Revolução Tecnológica*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972,p. 149.
- (3) Damos aqui ao termo produção, o seu sentido de conduzir ao ser ou à existência, i.é, um sentido diverso da idéia de produção tornada prisioneira da sua conotação técnico-econômica. Morin, E., *O Método I - A Natureza da Natureza*, Portugal: Publicações Europa-América, 1977, p.151. O hífen nas palavras re-produção, re-criação etc., é posto propositalmente como procedimento metodológico para denotar o desdobramento dialético do fenômeno real simples da produção, criação, etc.
- (4) Falamos em simbiose não na forma do metabolismo orgânico homogenizando distinções, mas como um sistema articulado de subsistemas orgânicos e organizacionais num grau elevado de complexidade simbiótica e de interpenetração .
- (5) Vattimo,G., *A Sociedade Transparente*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1992, pag. 14.

- (6) Aqui, três leituras foram fundamentais para definirmos esse recorte: da obra de Harvey (1992), tomamos o caminho para a reconstrução da modernidade como momento de modernização, de passagem de uma economia fordista para pós-fordista; de Berman (1986), seguimos o caminho de seu argumento essencial de que a modernidade é um modo de experiência de tempo e espaço hoje compartilhado por todos em toda parte do mundo; e de Habermas (1990) tomamos o caminho de aceitação da modernidade como uma cultura secular e diferenciada em esferas autônomas de racionalidade e uma crítica forte da modernização social, na perspectiva de uma dialética interna onde as pretensões funcionais da economia e administração seriam contidas pelo vigor do "mundo da vida".
- (7) Dollfus, O., "Le Système Monde", in: *L'Information Géographique*, 1990, n.54, 45 à 52 Paris: Armand Colin, 1990
- (8) Morais, A.C.R. "Historicidade, consciência e construção do espaço: notas para um debate". in: Maria A. de Souza e Milton Santos (orgs), *A Construção do Espaço*, São Paulo: Nobel, 1986, pag.46.
- (9) Mattelard, A., *Comunicação Mundo - História das Idéias e das Estratégias*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p.273.
- (10) Nesse sentido ver Hegel, G.W.F., *Enciclopedia della scienze filosofiche in compendio*, Bari: Laterza, 1923, v.I p.123, "Ainsi la forme est contenu et, dans son caractère le plus développé, elle est la loi du phénomène. Apud: Sereni, E., "De Marx a Lénine: la catégorie de "Formation Économique et Sociale"", in: *La Pensée*, 1971, n.159, p.19.
- (11) Lipietz, A e Leborgne, D., "O Pós-fordismo e seu espaço", in: *Espaço & Debates*, São Paulo: Neru, Ano VIII, 1988b, n.25.
- (12) Alliez, E., "Estilhaços do Capital" in: Alliez, E, M. Feher & Gille, D *Contra Tempo-Ensaio sobre algumas Metamorfoses do Capital*, R. Janeiro: Forense Universitária 1988.
- (13) Para uma discussão sobre as novas teorias econômica ver: Brhunhoff, S., de, *A Hora do Mercado*, São Paulo: Ed. Unesp, 1991 e para uma crítica ao neo-liberalismo ver Kurz, R., "As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise", São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, IEA, USP, vol.7, n.18, maio/agosto, 1993
- (14) *op.cit.* *A Hora do Mercado*, p.20.
- (15) Piore, M.J. Sabel, C.F., *The Second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- (16) Lipietz, A., Leborgne, D., "O Pós-fordismo e seu espaço", *Espaço e Debates*, ano VIII, 1988, n.25.
- (17) "É verdade que o equilíbrio entre o poder do Estado sob o capitalismo sempre fora delicado, mas o colapso do fordismo-keynesianismo sem dúvida significou fazer o prato da balança pender para o fortalecimento do capital financeiro". Harvey, D., *A Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Ed. Loyola, 1992, p.156.
- (18) *op.cit.*, *A Condição Pós-Moderna*, p.150.
- (19) Schumpeter assim como Marx, considera uma característica histórica do capitalismo a auto-regulação do sistema através de mecanismos de espraiamento da racionalidade derivada do padrão de decisão econômico. "(...) o padrão econômico é a matriz da lógica." Schumpeter, J.A., *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p.162.

- (20) Marilena Chauí, prefaciando o livro de Eder Sader, *Quando os novos personagens entram em cena*, RJ:Paz e Terra,1988, faz referência à Moses Finley, historiador helenista que em uma conferência observa que "o sucesso das democracias modernas tem como causa a apatia política dos cidadãos, que delegam a técnicos e a políticos profissionais as decisões concernentes à existência social no seu todo."
- (21) Chamado por Harvey de "modo de acumulação flexível" e por Lipetz de "pós-fordismo".
- (22) Coutinho,L.G., Suzigan W., (orgs) Relatório-síntese do projeto "Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Constituição de um Sistema Nacional de Inovação Tecnológica" Campinas: IE/Unicamp, 1991.
- (23) *op.cit.*, *A Condição Pós-moderna*, p.103
- (24) Lipetz,A. "As relações capital/trabalho no limiar do século XXI." *Ensaio FEE*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heusen, ano 12, n. 1, 1991. Marx já havia se referido à esta inclusão do trabalho no processo de produção onde o homem se relaciona antes como guardião e regulador do próprio processo de produção. "(...) A máquina, não aparece em nenhuma relação com o meio de trabalho do trabalhador individual. Sua diferença não é de forma alguma, como no caso do meio de trabalho, a de mediar a atividade do trabalhador; mas, antes, essa atividade é posta de tal modo que ela só serve de mediação ao trabalho da máquina, à sua ação sobre a matéria prima - [só] a vigia, a protege de perturbações". in: *Elementos Fundamentais para la Critica de la Economia Política* (Borrador), trad. de Pedro Scarón, Argentina: Siglo Veintiuno, 1979, V.2, p.40.
- (25) Dentro do debate sobre a transição do regime fordista para o regime de acumulação flexível que Harvey rascunha (*op.cit.* p.176), justificamos nossa posição, nos aliando às suas , lembrando Marx do Manifesto Comunista: é considerando as novas formas de acumulação do capital como partes do processo de um *permanente* revolucinar da produção, de um abalar *ininterrupto* das condições sociais , de incertezas e movimentos *eternos*, que se pode denotar um tempo histórico em que cada momento é distinto do seguinte mas eternamente o mesmo. (Marx, 1986,p.85).
- (26) Benko, G.B., *La Dynamique Spatiale de L'Économie Contemporaine: une introduction*. Paris: Éditions de l'Éspace Européen, 1990, p.11 a 32.
- (27) Boyer define regime de acumulação como o "conjunto das regularidades que asseguram uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital, ou seja, que permitam absorver ou repartir no tempo as distorções e desequilíbrios que surgem permanentemente ao longo do próprio processo". Boyer, R. *A Teoria da Regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990(p.71,72)